

A Participação Política da Mulher no Início da Industrialização em São Paulo *

Zuleika M. F. Alvin

Mestranda do Curso de pós-graduação em História Social
da Universidade de São Paulo

A historiografia brasileira é rarefeita quando se trata de compreender o papel da mulher na sociedade nacional.

Se nos países mais avançados o problema feminino já tem um lugar nas páginas de jornais e oferece preocupação acadêmica para alguns pesquisadores, ainda assim, esse é um fenômeno bastante recente e podemos dizer que só se configura como objeto de interesse sistemático a partir de 1963/64 (1).

No Brasil, entretanto, muito do mesmo caminho ainda está por ser percorrido, o que não quer dizer que não tenha havido preocupação com o assunto — basta lembrarmos o programa da Fundação Carlos Chagas, iniciado em 1975, tendo como enfoque principal o problema feminino. Porém, as barreiras a ultrapassar são enormes.

Ao começar nosso trabalho, que tem pretensão maior do que este artigo, pois trata de compreender o trabalho da mulher imigrante italiana entre 1880 e 1920 na lavoura cafeeira, o primeiro obstáculo concreto foi a falta de dados que se referissem à mulher especificamente.

(*) — Este artigo é fruto de uma pesquisa que estamos realizando para tese de mestrado, no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, sob orientação da Prof^a Maria Odila L. da Silva Dias.

(1) — Um dos textos básicos do problema feminino nasceu em 1963. Betty Friedan — *La Femme Mystifiée*. Genebra. Editions Gonthier, 1964.

Nada, ou quase nada, aparece e quando aparece é sempre de forma indireta, fato que nos parece não estar em contradição com o pensamento da sociedade capitalista a propósito da mulher. Esta é feita para o lar, para a educação dos filhos, para ser esposa — o complemento do homem.

Tudo isso tem uma conotação do ponto-de-vista ideológico, que não é nossa preocupação neste momento acentuar — esta é bastante mais modesta e pretende só assinalar alguns elementos sobre a participação política da mulher imigrante italiana no início do movimento operário em São Paulo.

Parte dessa preocupação surge porque alguns autores que trataram do movimento operário brasileiro atribuem sua fraqueza ao fato dele ser composto na sua maioria por mulheres e crianças (2):

No entanto, em países com tradição de ativismo operário, mulheres e crianças participaram das lutas políticas ao lado do proletariado masculino. Daí pensamos que esta não é uma explicação convincente.

No caso específico do operariado nascente em São Paulo, pensamos que a ausência de tradição política dos seus componentes, a forte repressão policial a que foi submetido o movimento ainda nos seus primeiros passos, partidos políticos fracos e desarticulados, composição étnica diversa de seus membros, grande rotatividade do operariado nas indústrias, são fatores que, se analisados conjuntamente, talvez possam explicar melhor a fragilidade do movimento operário nos anos 20.

Além disso, julgamos importante analisar as manifestações do referido período à luz da experiência da época e não a partir de um esquema pré-estabelecido com o qual se desce à realidade, tentando adequá-la ao modelo.

Escolhemos como documentação para acompanhar a trajetória do operariado feminino os jornais operários da época. Pensamos que eles, mesmo quando parciais ou tendenciosos, respondem melhor à indagação sobre o proletariado de então do que modelos teóricos que poderíamos tecer à luz da nossa realidade atual tão distante e diferente da que eles viveram.

Ao pensarmos no componente feminino da classe operária paulista no referido período, julgamos útil ter em mente alguns aspectos iniciais

(2) — Para citar exemplos: Dias, Everaldo. — *História das Lutas Sociais no Brasil*. — São Paulo, Editora Edaglit, 1962; Rodrigues, Edgar, *Socialismo e Sindicalismo no Brasil*. R. Janeiro, Editora Laemmert; 1969; Simão. Azis, *Sindicato e Estado*, São Paulo, Dominus Editora/EDUSP, 1969.

como por exemplo; quem eram essas mulheres, que práticas políticas anteriores possuíam, qual era o grau de emancipação familiar alcançado, qual a preocupação dos partidos políticos de então com a organização do proletariado feminino e finalmente, se as operárias responderam ou não às manifestações políticas da época.

É útil esclarecer, aqui, que não pensamos que o problema da mulher deva ser discutido à parte do problema das classes, o que poderia parecer “modismo”. Pois a luta pela emancipação da mulher operária e camponesa não é nova, uma vez que a luta pelo direito ao trabalho para aqueles que têm realmente fome, traz em seu bojo, ainda que de forma inconsciente e desorganizada, os primórdios da luta pela emancipação do ser humano.

A história da industrialização em todos os países não traz pontos fundamentais de diferença. As linhas mestras que caracterizaram o início da era industrial na Inglaterra, já retratada por vários autores, muda suas nuances mas não a sua essência. As longas jornadas de trabalho, a má alimentação, os salários reduzidíssimos. A miséria dos que eram obrigados a se submeter ao trabalho na indústria — em uma palavra, a exploração mais humilhante do ser humano — sempre estiveram presentes.

Sobre as mulheres e crianças em qualquer país que se industrializa, a exploração do ser humano alcança as raízes do aviltamento. A clássica obra de F. Engels e mais recentemente o belo trabalho de E. P. Thompson nos dão um retrato cru do que foi esse processo na Inglaterra (3).

No Brasil, entretanto, muito do que aconteceu de concreto nesse capítulo resta na obscuridade. A história da mulher em qualquer ramo de atividade aparece sempre truncada, faltam testemunhos, as referências ao seu trabalho são sempre indiretas e, além de alguns relatos de viajantes, religiosos e raríssimos historiadores, nada resta a não ser a certeza de que sempre será uma história incompleta.

Basta lembrarmos o número de mulheres que trabalham ligadas à indústria sem vínculos contratuais, como costureiras, bordadeiras etc, e aquelas que trabalhavam na lavoura e das quais não podemos sequer fazer um levantamento estatístico exato, porque o contato de trabalho no colonato era feito em nome do chefe de família e muitas vezes aparecia o número total de trabalhadores, mas sem especificações do sexo.

Quanto à participação política, as referências não se apresentam mais promissoras.

(3) — Engels, F. — *La Situación de La Clase Obrera en Inglaterra*, Madrid, Akal Editor, 1976; Thompson, E.P. — *La formación Histórica de La Clase Obrera — Inglaterra, 1780-1832*. Barcelona, Editorial Laia, 1977.

“Refletindo as condições da industrialização brasileira da época — com suas longas jornadas de trabalho, a presença da mão-de-obra feminina e infantil — o proletariado de fábrica quase não aparece no grupo dirigente. Seu campo de atividade liga-se muito mais à pequena organização informal na empresa em que emerge no instante das greves, deixando traços impessoais de uma linha de luta de base, talvez contínua, mas difícil de reconstruir” (4).

Assim, se refazer essa história é uma tarefa árdua, dadas as condições adversas com que o historiador tem que trabalhar, pelo outro lado há o fascínio da imagem que vai se formando à medida que as peças do quebra-cabeça se juntam, numa historiografia em que ainda muito do simplesmente factual resta por ser descoberto.

Nossa primeira inquietação é saber quem eram essas mulheres e qual a sua importância numérica?

Os dados que possuímos são bastantes incompletos, mas podemos afirmar que a maioria do proletariado era composto por estrangeiros e entre esses, o grupo italiano tinha a primazia; o que significa que também o proletariado feminino contava em suas fileiras com uma maioria de mulheres italianas.

Antonio Francisco Bandeira, um observador da época, analisando a composição do proletariado paulista em 1901, diz “...O corpo de operários no Estado de São Paulo, eleva-se a número superior a 50 mil entre homens, mulheres e crianças, quase em sua totalidade italianos ...” (5). Isso significava 90% do proletariado porque o mesmo autor diz que do total de trabalhadores, só 10% eram nacionais.

Em 1912, isto é, 11 anos depois, o Boletim do Departamento Estadual do Trabalho apresenta um levantamento das condições de trabalho na indústria têxtil do Estado de São Paulo. Das 31 fábricas de tecidos visitadas, as informações quanto à nacionalidade e sexo dos operários foram as seguintes:

“Entre os operários contam-se 1843 nacionais, 7499 estrangeiros e 862 de nacionalidade ignorada. Dos estrangeiros, 6044 são italianos (grifo nosso), 824 portugueses, 338 espanhóis, 210 sírios e 83 de diversas nacionalidades. Dos 10.204 operários recenseados, em 23 das fábricas (nem todas deram as informações requeridas) 2648 são do sexo masculino e 6801 do feminino.

(4) — Fausto, Boris — *O Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo, Difel Editora, 1976, pag. 97.

(5) — Bandeira, Antonio Francisco — *A Industrialização do Estado de São Paulo em 1901*, São Paulo, Tipografia do Diário Oficial, 1901, XIII.

Dentre as 6801 operárias, 1706 são maiores de 22 anos, 2966 têm de 16 a 22 anos, 1885 têm de 12 a 16 anos e 244 têm idade inferior a 12 anos..." (6).

Como vemos, esses dados quase bastam para confirmar a tese de que a maioria do operariado feminino de uma das principais indústrias da época — a têxtil — era composta por mulheres italianas.

Aqui cabe uma ressalva: mesmo entre aquelas consideradas como brasileiras encontramos uma grande maioria de filhas de italianos que, pelas leis brasileiras por terem nascido aqui não eram mais consideradas italianas, no entanto, para a história social, hábitos, tradição, cultura etc, não mudam de uma geração para outra de uma forma radical. Sofrem modificações, adaptações mas não podem ser ignoradas por aqueles que tentam analisar a atuação dessas mulheres aqui.

Assim, é importante notar que do total da tabela apresentada como pertencentes ao sexo feminino, isto é, 6801 operárias, a grande concentração está na faixa de 12 a 16 e de 16 a 22 anos de idade, o que significa que muitas, ainda que nascidas aqui e consideradas como brasileiras, eram na realidade filhas de italianos aumentando assim o peso do grupo na composição do proletariado.

Essa importância numérica do proletariado feminino nas indústrias têxteis e de vestuário é uma constante até 1920. É assim que pelo censo do referido ano vamos encontrar entre 96.000 operárias existentes na Capital do Estado de São Paulo, 39.000 que trabalhavam nesses ramos da indústria. As mulheres superavam os homens na proporção de 2 para 1, sem contar que do total do proletariado, sempre para o mesmo ano, constituíam 37% (7).

Pelo mesmo censo, também, mais da metade da classe operária da capital de São Paulo era ainda composta por estrangeiros; e no que se refere ao grupo feminino, uma para cada 10 mulheres estrangeiras eram operárias em São Paulo, continuando o grupo italiano a predominar.

Diante desses dados, pensamos que a importância do componente feminino para o proletariado de então fica comprovada; e dentro deste, a importância do grupo italiano.

Nesse quadro, como se coloca a participação política dessas mulheres?

(6) — "Condições do Trabalho na Indústria Têxtil do Estado de São Paulo", *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*, 1912, São Paulo, 38.

(7) — *Recenseamento de 1920* — vol. IV, 5ª parte, tomo I.

Como já dissemos, alguns autores que tentaram analisar o movimento operário do início da industrialização em São Paulo, imputam às mulheres e crianças uma responsabilidade muito grande pelas falhas e fraqueza do mesmo, porque na realidade a atenção desses autores esteve centrada na atuação em movimentos organizados de massa como greves, participação em organizações partidárias, congressos etc. No entanto, um dos problemas clássicos ao se analisar o movimento operário é o de identificar as premissas de que se parte. Apoiado muitas vezes num modelo teórico que pode ter sido válido para uma realidade diversa, as conclusões frequentemente pendem para o equívoco.

“... A diferença da experiência, a consciência de classe não aparece como algo determinado. Podemos ver com efeito uma certa lógica nas respostas de grupos de ocupações semelhantes que sofrem experiências similares, mas não podemos prever nenhuma lei sobre o particular. A consciência de classe surge do mesmo modo em diferentes momentos e lugares mas jamais exatamente da mesma maneira” (8).

Em História, nem sempre o caminho a ser percorrido é igual para todos, ainda que os resultados se assemelhem.

Nesse sentido, muito da luta do proletariado, organizado ou não, tem sido desprezado por aqueles que se ocuparam do assunto.

Se no caso brasileiro nem mesmo o proletariado masculino, desprovido de todo o peso da tradição de submissão e renúncia de que é portadora a mulher, conseguiu no começo da industrialização levar avante de maneira coerente suas reivindicações de classe, o que dizer dessas mulheres que nem tempo para adquirir consciência possuíam?

Um ser humano que tinha uma jornada fixa de trabalho de 13 a 14 horas por dia, muitas vezes sem descanso semanal, com um intervalo de uma hora no total para comer alguma coisa ou descansar; que devia trabalhar, para citar um exemplo — no caso da indústria têxtil — em pé o dia todo, ocupar-se de 2 ou 3 teares ao mesmo tempo, com preocupação de não errar porque as multas eram pesadíssimas e sabia que o salário era importante para manter o sustento da família; que ao sair da fábrica ou oficina deve dirigir-se à casa e ocupar-se de trabalhos que se convencionou chamar de “naturais biologicamente”, isto é, cuidar de todo o serviço da casa e cuidar dos filhos e ainda dormir; como diz uma autora: “... isso era um mistério não decifrado até hoje” (9).

(8) — Thompson, E. P. *op. cit.*, 8.

(9) — Puccini, Sandra — “Condizione della donna e questione femminile (1892-1922)”, in *Questione Femminile in Italia dal 900 ad oggi*. Milano, Franco Angeli Editore, 1979, 15.

Desde logo, parece um exagero esperar que essa mulher tenha vontade ou disposição para pertencer a qualquer organização partidária ou ocupar-se da organização de manifestações de massa, como greves, congressos etc. Mas o fato de não ter esse tipo de participação não quer dizer que não teve nenhum tipo de participação. Basta lembrar que entre 1901 e 1914 entraram em greve na capital paulista 26 estabelecimentos têxteis, seis alimentares, um de confecção e vestuário — indústrias essas cuja mão-de-obra, como já demonstramos, é predominantemente feminina. E que na greve de 1917, em uma lista de 45 indústrias que paralisaram suas atividades em São Paulo, 20 pertenciam à indústria têxtil e de vestuário e bordados (10).

De onde vinham essas mulheres; a que estrato social pertenciam; a que tipo de atividade política estavam habituadas, considerando que os imigrantes traziam uma bagagem cultural e que esta aqui não se esvai da noite para o dia.

Aqui é preciso esclarecer que aceitamos a tese defendida por V. Mc Laughlin para os Estados Unidos, ao analisar a adaptação de italianos do sul na região de Buffalo, quando demonstra o peso que as experiências passadas têm para o comportamento futuro do imigrante no país de adoção e concordamos com ela quando afirma que essa

“não é uma visão linear que argumenta que as experiências passadas determinam o comportamento futuro, que porque as famílias italianas do sul da Itália agiam de um certo modo na Itália agiriam necessariamente da mesma forma na América, nem é uma explicação estática funcional que vê a cultura e a estrutura social como meros reflexos ou simples espelho de imagens. Estamos examinando um processo dinâmico, um dar e tomar entre velhas e novas condições sociais. Esta é uma perspectiva teórica que facilita o entendimento histórico do comportamento da família imigrante italiana, especialmente as experiências de trabalho dessas famílias” (11).

Os imigrantes italianos que para cá se dirigiram tinham partido do seu país antes que a mobilização política alcançasse o meio rural do seu país:

“... a noção de classe operária imigrante que chegou a São Paulo, possuindo habilidades industriais, sofisticação política, experiência organizatória pode ser um mito conveniente mas tem pouca base real” (12).

(10) — Dados extraídos de Azis Simão, *op. cit.*, 131 segs.

(11) — Mc Laughlin, V. Y. “A flexible tradition: South Italian immigrants confront a New York experience”, *Journal of Social History*. vol. 7 (4), 1974, 340.

(12) — Hall, Michael M. *Imigração e Classe Operária em São Paulo*. UNICAMP (mimeo.).

Se esta é uma afirmativa válida para o imigrante italiano em geral, a mulher por várias outras razões não escapa a ela. E são estes antecedentes que os pesquisadores parecem às vezes esquecer ao fazerem a análise do movimento operário aqui, como se pudéssemos compartimentar o ser humano, no caso do imigrante italiano, em antes e depois de sua chegada ao Brasil como momentos estanques e sem nenhuma conotação.

Dentro de um panorama mais geral, a grande massa de imigrantes que vieram para o Brasil eram oriundos do Vêneto: “Belluno, Treviso, Udine, Vicenza são de fato, em relação à emigração, as províncias que em número absoluto e relativo para a região, ofereceram o maior contingente de indivíduos que participaram do êxodo rural, seja permanente como temporário... nos primeiros 20 anos” (13).

Entre as várias causas deste movimento, Emilio Franzina, historiador italiano contemporâneo, chama a atenção para o grande fracionamento da propriedade e cita um exemplo: “... Udine apresenta em média um proprietário para dois habitantes; Belluno um para três e Vicenza um para quatro” (14).

A expulsão dos habitantes dessas regiões foi um fenômeno decorrente da capitalização no campo que começara na Itália em meados do século XIX pela concentração ao nível da classe proprietária; surge o empresário que compra terras e as aluga provocando uma exploração cada vez maior do camponês, obrigando-o à busca da sobrevivência em outro lugar.

Estes dados têm importância, porque não só o camponês sem terras faz parte do contingente imigratório, mas um grande componente era composto de pequenos proprietários ou meeiros, o que ao nível ideológico, tem outra conotação.

“Em poucos anos — nota um articulista em 1882 — foram eliminados da Itália 20 mil pequenos proprietários, cujo contingente maior para não dizer o único, é aquele dos que emigraram para a América...” (15) e que continua lutando pela pequena propriedade aqui no Brasil, chegando às cidades só aqueles que não alcançaram esse sonho e que, contrariando ao que se pensa, foram muitos. A cidade aqui não era para o imigrante uma forma de ascensão. Mas sim o fim de suas fugas de fazendas em fazendas onde os relatos de atrocidades sofridas, maus tratos, e explorações a que eram submetidos são infundáveis e o emprego na indústria ou oficina algo que não podia se perder.

(13) — Franzina, E. *Le Grande Emigrazione*. Venezia, Marsilio Editori, 1976, 134.

(14) — *Ibidem*, 135.

(15) — *Ibidem*, 136.

Pensando ainda nas raízes política dessas pessoas, o Vêneto não se caracteriza por ser uma região com extensa prática política — isto é, prática política organizada de massas:

“Greves agrícolas e industriais não se sucederam no Vêneto com a frequência de outros lugares na Itália o que marca a etapa do desenvolvimento político e civil da classe subalterna entre o século XVIII e XIX, nem têm lugar episódios possíveis de serem comparados com grandes choques de manifestações de classe, mais ou menos articulados como os que aconteceram na Itália Setentrional e mesmo no Sul...” (16),

o que não quer dizer que não houve nenhum tipo de resistência (17). Hoje retomando posições já defendidas na época da emigração de massa italiana, alguns autores começam analisar o movimento emigratório como uma reação política à miséria enfrentada (18).

Dentro desse quadro, como se coloca a questão da mulher originária do Norte agrário da Itália?

Da atividade desenvolvida por esta mulher no campo, tipo de trabalho, divisão sexual do trabalho etc, é uma preocupação que deixamos para outros trabalhos. Por ora, basta assinalar como esta mulher que se transfere para o Brasil não conhece ainda uma realidade de lutas políticas organizada.

Camila Ravera, autora italiana, diz:

“... No Piemonte, Lombardia e Vêneto, onde começam a constituir-se as primeiras fazendas capitalistas, a mulher continua fechada no restrito e isolado mundo da casa, excluída de qualquer trabalho independente. E a exclusão da atividade produtiva socialmente organizada comporta necessariamente para a mulher uma nítida inferioridade social que se manifesta no regime hereditário, na repartição da herança paterna (mulheres não tinham direito à terra) e sobretudo na total subordinação da mulher ao homem. O marido é de fato, não só o chefe incontestado da família, mas o senhor, o patrão da mulher...” (19).

(16) — *Ibidem*, 196.

(17) — Análises mais recentes, preocupadas com a resistência do camponês vênето e investidas capitalistas começam aparecer, ver: Brunello, Piero. “Bonifiche e Proteste Sociale in un paese Veneto a Metà Ottocento”, *Storia e Società*, Franco Angeli Editore, 1980, nº 8, 339 ss.

(18) — Franzina, E. *op. cit.*; Cesare, Francesco P. “Economia Precaria ed Emigrazione”, *Un Secolo di Emigrazione Italiana — 1876/1976*, Roma, Centro Studi Emigrazione, 1978.

(19) — Ravera, Camilla. *Breve Storia del Movimento Femminile in Italia*. Roma, Editori Riuniti, 1978, 13/14.

Outro problema a ser levado em consideração é que no Vêneto existia uma forte penetração católica no campo e a atividade política para as mulheres jamais foi enaltecida pela Igreja, muito pelo contrário.

A mesma autora já citada, no entanto, faz uma observação interessante:

“... que em muitos países católicos a mulher não assume esta posição (de não participação política) e que portanto, não só na religião é que se deve procurar a causa do atraso da mulher italiana, mas também no atraso das relações econômicas e civis da sociedade italiana e no tardio desenvolvimento democrático” (20).

Não se pode esquecer que até o momento da Unificação Italiana a base fundamental da economia era essencialmente agrícola e os produtos manufaturados provinham da pequena propriedade e do trabalho do artesão a domicílio:

“Em 1870, cerca de 300 mil camponesas trabalhavam na fiação doméstica, do linho e do cânhamo e 12 mil teares estavam esparramados no campo” (21).

Se a corrente emigratória começa uns poucos anos após a Unificação, isto é, em 1876, e alcança índices bastante elevados em torno de 1885/86, julgamos ser quase suficiente para quem pensa em termos históricos saber qual era a mentalidade desse emigrante e dessa mulher.

Por outro lado, a possibilidade de um crescimento ideológico e de uma experiência de vida política mais ativa no Brasil esteve quase que truncada.

Nos relatos feitos por cônsules italianos, inspetores de imigrantes e funcionários do governo italiano que por aqui passaram — Adolfo Rossi, Pio di Savoia e Silvio Coletti, só para citar alguns —, são abundantes as referências de como os imigrantes italianos que aqui viviam, em vez de melhorarem política, social e culturalmente, sofreram um processo de aumento de selvageria (22). Iam para lugares distantes, muitas vezes famílias inteiras ficavam isoladas a quilômetros de uma cidade ou de uma outra fazenda, sem contar que um país, apenas saído de um regime escravocrata, não estava nem um pouco interessado em permitir que essas pessoas se organizassem, não diremos politicamente porque isso era impos-

(20) — *Ibidem*, 19.

(21) — *Ibidem*, 21.

(22) — ver por exemplo: Rossi, Adolfo. “Condizioni dei Coloni Italiani nello Stato di San Paolo”, *Bollettino Dell'Emigrazione*, 1902; Savoia, G. P. “Lo Stato di San Paolo e l'Emigrazione Italiana” *Bollettino Dell'Emigrazione*, 1905, nº 3; Silvio Coletti “Lo Stato di San Paolo e l'Emigrazione Italiana”, *Bollettino Dell'Emigrazione*, nº 14, 1908.

sível no campo, mas nem mesmo socialmente. Bastava que trabalhassem no lugar dos escravos e vivessem como esses tinham vivido.

As cidades, por sua vez, não ofereciam condições melhores para o proletariado e com relação ao operariado feminino Esmeralda L. Blanco nos dá um panorama bastante claro a respeito dos bairros em que viviam, atividades exercidas nas indústrias, baixos salários etc e o que se pode chamar de condições materiais de vida estavam longe de serem aceitáveis (23).

Ainda que só assinaladas, pensamos que estas características ajudam muito a compreender o tipo de mulher que a indústria paulista recebeu e o tipo de prática política e tradições de que eram portadoras.

O que nos resta ver é como essa bagagem influiu em suas ações: como eram vistas pelas organizações políticas que se formavam ao nível da classe operária e em que medida responderam aos apelos que lhes foram feitos?

Escolhemos como documentação para acompanhar a história da mulher operária alguns jornais editados em São Paulo pelos anarquistas, socialistas e anarco-sindicalistas durante o período de 1900 a 1920: "AVANTI", "A TERRA LIVRE", "LA BATTAGLIA", "A LUTA PROLETÁRIA", "FOLHA DO POVO" e a revista "ANIMA E VITA" (24). Ainda que nenhuma de suas coleções esteja completa, o conjunto nos permite acompanhar a visão que o próprio proletariado consciente tinha da mulher e da sua participação política.

Uma leitura mais atenta aos jornais nos dá uma visão talvez menos confortável para as nossas expectativas com relação à conscientização do imigrante aqui chegado, porém mais condizente com a sua experiência anterior. Mais do que isso, nos dá um quadro da consciência que os organizadores do movimento operário tinham do problema. Havia uma boa compreensão para o fato de que mulheres e crianças não eram assim

(23) — Blanco, Esmeralda *O Trabalho da Mulher e do Menor na Indústria Paulistana* (1880-1920). Tese de Mestrado apresentada no Depto. de História da F.F.L.C.H./USP., 1977, 36 ss. (mimeo.).

(24) — *Avanti*, Ed. Alceste Ambryns, dura de 1900 a 1919, jornal de tendência socialista, publicado em italiano; *A Terra Livre*, Ed. Edgard Leuenroth, dura de 1905 a 1910, jornal de tendência anarquista, publicado em português; *La Battaglia*, ed. Oreste Ristori, dura de 1904 a 1912, jornal de tendência anarquista, publicado em italiano; *La Lotta Proletaria* — não temos dados sobre a sua duração, era o jornal da União dos Sindicatos em São Paulo e os números a que tivemos acesso datam de 1908, em seguida, publicado em italiano; *A Luta Proletaria*, não temos dados sobre sua duração, Órgão da Federação Operária do Estado de São Paulo, publicado em português; *Folha do Povo*, ed. Edgard Leuenroth, dura de 1908 a 1909, jornal de tendência anarquista, publicado em português; *Anima e Vita*, Ed. Ernestina Lessina, não temos dados sobre sua duração, revista de caráter socialista, publicada em italiano.

tão responsáveis pela fraqueza do movimento na época e que muitos outros fatores influíam na sua participação como: a família que a impedia de uma ação mais concreta; a ausência de preocupação das organizações aqui existentes com o proletariado feminino; a repressão policial. Não se lhes escapava, também, a necessidade de fazer frente a tudo isso.

Nesses jornais era comum encontrar relatos sobre familiares que impediam suas filhas de participarem dos movimentos paredistas:

“Bem compreendo que na nossa classe (falando dos tecelões) temos muitos inconcientes, porque há muitas crianças e mulheres, sujeitas à exploração da família, não menos prejudicial que a exploração capitalista” (25).

“E vós que sois nossos pais, certamente nos ajudareis, porque não temos força para trabalhar muitas vezes até 11 horas da noite! Não deveis falar só quando estamos em casa, mas na cara dos nossos desumanos patrões... Ide à noite protestar à bengala, se preciso contra esses vilíssimos ladrões! Vinde quando tardamos, arrancar-nos com energia às garras dos ávidos exploradores!” (26).

“Salvo exceções, as mulheres são vítimas da própria família... Antes de tudo precisamos conhecer os genitores das costureiras e veremos geralmente que esses trabalhadores não têm nenhuma idéia, nem fazem parte da liga de resistência. Ora, como será possível que esta gente se decida — muito mais se tratando de mulheres e crianças — a permitir que façam a “revolução”...? Devem recordar-se que na greve da Tecelagem D’Anhana e Penteado, foram os próprios genitores que acompanharam à prisão as próprias moças ao som de bofetões sob olhares benévolos da polícia” (27).

Para entender a posição desses familiares, em primeiro lugar lembramos a origem desses indivíduos, que como já dissemos, estavam longe de serem politizados e atuantes. Em segundo lugar, o imigrante que alcançou a cidade não o fez por opção. A cidade representava o fim de uma luta de anos pela sobrevivência, significava o abandono da pátria com intenção de uma vida melhor — não alcançada —; significava o fim do sonho da pequena propriedade: daí o parco salário dessas mulheres ser muito importante para a economia familiar já tão escassa. Impedir que filhas, irmãs ou mulheres fizessem greves era, enfim, uma forma de afastar o fantasma da mendicância.

Elizabeth H. Pleck num trabalho muito interessante mostra a ligação entre a história do trabalho e a história da família e diz que a historio-

(25) — *Lucta Proletaria*, nº 1, 25/11/1908.

(26) — *A Terra Livre*, nº 13, 28/7/1906.

(27) — *La Battaglia*, 12/8/1906.

grafia sempre analisou esses dois ramos — família e trabalho — como coisas estanques e separadas, "... como se existissem famílias sem trabalhadores e estes à parte da família" (28).

Nossa pergunta aqui vai um pouco mais além: para o grupo feminino do início da industrialização aqui, podemos analisar sua participação política independente da história da família e do trabalho? O fato de trabalharem fora de casa significava para essas mulheres uma emancipação econômica e política? Pensamos até hoje estar muito longe dessa realidade.

Esses fatos não escaparam aos grupos políticos da época e apesar da uma linguagem às vezes irada, havia um apelo para que pais e maridos colaborassem permitindo uma participação feminina mais ativa.

"Precisam que os seus filhos trabalhem? Obriguem então os patrões a tratá-los como seres humanos e não como bestas de carga. Façam-lhes ver que precisam... descansar um pouco tanto as crianças como os adultos, pois seus corpos não são de ferro mas de carne e osso como o dos patrões... Revoltem-se e mostrem aos senhores do dinheiro que também os operários têm direito à vida" (29).

"Comecemos todos em nossas casas a não considerar a mulher como besta de carga, não considerá-la como seres inferiores, indignas de liberdade, pois se cada passo da mulher, cada aspiração sua depender de seus parentes, é inútil apelar para sua consciência" (30).

Para um proletariado recém-saído do campo — e aqui não importa o fato de que muitos dos imigrantes que aqui chegaram podiam ou não ter ido diretamente para as cidades, pois sua origem era o campo — persistiam valores de uma economia ainda calcada no trabalho de todos os membros da família e o trabalho feminino fora do lar não significava a emancipação para as mulheres: "... A industrialização não emancipou as mulheres camponesas e operárias por permitir que a maior parte delas trabalhassem fora do lar... é difícil ver uma conexão direta entre o trabalho dessas mulheres e a libertação política de todas as mulheres..." (31).

A tradição e costumes não estavam presentes só na ação dos "genitores" impedindo que suas filhas e mulheres participassem de movimentos grevistas. Formas de lutas utilizadas pelas mulheres na Itália, também apareciam aqui em movimentos quase espontâneos.

(28) — Pleck, Elizabeth H. "Two Worlds in One: Work and Family", *Journal of Social History*, vol. 10, (2), 1976.

(29) — *A Terra Livre*, nº 40, 7/7/1907.

(30) — *La Battaglia* nº 89, 12/8/1906.

(31) — Scott and Tilly, "Women's Work and the Family in Nineteenth Century Europe". *Comparative Studies in Society and History*, vol. 17 (2), 1975, 43.

Exemplos aparecem quando um jovem operário grevista estava em frente de uma fábrica distribuindo panfletos e foi agredido por um policial que tentou arrebatá-lo a mensagem:

“O ato provocou indignação geral dos presentes, especialmente das mulheres que, fechando-se em círculos em torno do soldado, impediam a sua aproximação” (conseguindo fugir o jovem entra numa casa e como continua perseguido pela polícia, pois havia chegado reforço, “dezenas de mulheres colocaram-se diante da porta impedindo o ingresso dos soldados no interior da casa...”) (32).

Esta era uma forma de manifestação bastante comum na Itália, quando as mulheres participavam ao lado dos homens na luta contra a polícia, impedindo repressões sobre os grevistas. No caso do campo deitando-se sobre os trilhos para impedir que reforços policiais ou “fura-greves” chegassem por trem; e nas cidades cercando os policiais ou gritando com os soldados para que não agissem” (33).

Além disso, mulheres que não pertenciam à fábrica ou às oficinas, ainda que de forma tênue ajudavam no boicote aos produtos alimentícios Matarazzo, em 1907, num arremedo do que foi a luta pela baixa do preço do trigo na Itália, entre 1891 e 1898, quando milhares de mulheres de todo o país assaltavam depósitos de trigo e panificadoras, exigindo a baixa do pão (34).

São movimentos pequenos, isolados, sem grande repercussão, que até aqui não interessavam aos analistas preocupados com as grandes diretrizes. As tendências ou raízes do movimento operário, no entanto, nos permitem ver que as mulheres operárias de origem imigrante respondiam, ainda que de forma espontânea e desorganizada, às repressões policiais, ao alto custo-de-vida e às atrocidades a que eram submetidas.

E. Thompson, diz referindo-se aos primórdios do movimento proletário inglês:

“Pode ser que seus ideais humanitários fossem puras fantasias e suas conspirações revolucionárias pretensões infantís. Mas eles viveram aqueles tempos de agudas transformações sociais e nós não. Suas aspirações foram válidas à luz de suas próprias experiências...” (35).

Não podemos esperar que a bagagem cultural do imigrante seja apagada como o cair da tarde, quase de uma hora para a outra. O que

(32) — *Terra Livre*, nº 47, 28/9/1907.

(33) — Ravera, Camilla, *op. cit.*, 43.

(34) — *Ibidem*, 64.

(35) — Thompson, E. P. *op. cit.*, 12.

nos preocupa é que análises posteriores deixem de considerar o momento específico dos fatos, exigindo do proletariado feminino uma consciência que ele não era capaz e nem podia ter.

É preciso ver ainda como os grupos operários mais representativos aqui — anarquistas e socialistas — encaravam o problema feminino e que proposições eram levantadas tendo como objetivo a mulher especificamente.

No caso do Partido Socialista, seu programa

“era quase em todos os pontos uma reprodução do programa socialista argentino — com uma parte de reivindicações específicas para a classe operária (oito horas de trabalho, proibição de trabalho de mulheres e crianças menores de 14 anos, limitação do trabalho das mulheres nos serviços noturnos etc), a serem alcançadas através da pressão sobre o Estado e do seu reconhecimento no plano legislativo...” (36).

As únicas menções à mulher não apresentam nenhuma preocupação com a sua militância. Aliás, a própria situação do Partido Socialista aqui era muito precária. Numa análise sobre as tentativas de constituição de partidos socialistas no Brasil o “AVANTI” é bastante claro:

“... A verdade nua e crua é que o Partido Socialista não existe, e nunca existiu neste país. Fundaram-se grupos, elaboraram-se estatutos, mas por isso não se pode dizer que constitua um partido orgânico e vital” (37).

Mesmo aqueles que viram as falhas e a necessidade de reorganizar o Partido segundo diretrizes que estivessem mais de acordo com a realidade brasileira, não levavam em conta o proletariado feminino.

É o caso de um dos expoentes máximo do socialismo no Brasil dos anos 10, Antonio Piccarolo, que ao propor uma reformulação do programa, não faz nenhuma menção à mulher (38).

Um nome feminino de destaque no quadro socialista é a italiana Ernestina Lesina, já militante na Itália e fundadora aqui da revista “ANIMA E VITA” — um dos raros nomes femininos que conseguiu sair do anonimato. Nos números da revista a que tivemos acesso (39) tratava-se muito pouco da realidade brasileira. As tentativas de chamar a mulher

(36) — Fausto, Boris *op. cit.*, 99.

(37) — Pinheiro, P. S. e Hall, Michael M. — *A Classe Operária no Brasil 1889-1830*. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1979, I, 61.

(38) — Piccarolo, Antonio, *Il Socialismo in Brasile*. São Paulo. Centro Socialista Paulistano s/d.

(39) — *Anima e Vita*, nº 12, 13, 21, 24, 25, 31 (1905).

à militância eram feitas, podemos dizer, de forma totalmente indireta; isto é, por artigos que falam da participação feminina em movimentos europeus, principalmente no movimento italiano. Contudo, esse esforço já era imenso num país como o nosso, onde o elemento feminino vivia quase que recluso à casa e à Igreja. Fazer uma revista com artigos anti-clericais, com referências ao papel que a mulher “livre” deveria desempenhar dentro da família e na educação dos filhos, bem como relatar atividades de mulheres já engajadas em longos anos de luta pela liberdade na Europa, foi um mérito digno de todo o nosso respeito.

Quanto aos anarquistas, o problema é mais complexo, sobretudo porque

“... a ausência de uma estrutura formal do movimento torna precária qualquer tentativa de traçar os limites deste núcleo. Aqui não há comitês centrais, direções regionais abertas à análise. Há figuras cuja maior ou menor continuidade militante varia no tempo...” (40).

As únicas fontes que possuímos para acompanhar a trajetória dos grupos anarquistas são os jornais e a documentação oficial sobre a repressão a que foram submetidos. Nessas referências, o elemento feminino não é esquecido: encontramos vários relatos sobre a exploração a que eram submetidas mulheres e crianças, artigos de fundo teórico sobre a emancipação feminina e relatos sobre a sua participação política.

No entanto, é possível delinear o nível de preocupação dos anarquistas quanto ao problema feminino, suas contradições e as respostas dadas ao apelo “libertário” pelo proletariado feminino.

Bem antes da greve de 1907 (41) já notamos uma preocupação com a organização do proletariado feminino. Num artigo publicado em 1903, pelo “AMIGO DO POVO” — muito interessante, pois, é um artigo assinado por uma mulher, Matilde Magrassi — encontramos o seguinte:

“É já tempo que a mulher operária faça também nessa cidade (São Paulo), o que vai fazendo em tantas outras cidades civilizadas; é já tempo que se ocupe do melhoramento das miseráveis condições em que vivem vítimas do atual sistema social, injusto e desordenado... Uní-vos, formai sociedades de resistência, procurai conquistar mais bem-estar, despertai do longo letargo no qual tendes estado adormecida até hoje...” (42).

(40) — Fausto, Boris, *op. cit.*, 95.

(41) — A greve de 1907 foi a primeira greve geral deflagrada em São Paulo. Tinha como objetivo a redução da jornada de trabalho para 8 horas; começou no dia 1º de Maio de 1907 em São Paulo e daí estendeu-se para outros estados.

(42) — *O Amigo do Povo*, nº 29, 26/6/1903.

Em 1906 o apelo ia um pouco mais além; preocupava-se com a solidariedade às mulheres e uma das categorias mais exploradas de então — a das costureiras — merece a atenção (43).

“Espero que os companheiros das demais classes não demorem a encetar uma campanha decisiva para melhorar as condições das costureiras de São Paulo, pois além de cumprirem um ato eminentemente humanista e de solidariedade, concorrerão sempre mais para o bem estar futuro dessas operárias, que hoje se pode dizer é deplorável...” (44).

É ainda em 1906 que vem à luz o já tão divulgado manifesto de Tecla Fabri, Teresa Cari e Maria Lopes, onde essas operárias pedem a organização das costureiras de São Paulo:

Em vista da apatia que vos domina e que ninguém ainda pode sacudir nesta cidade em que somos tão exploradas, resolvemos nós fazer uma tentativa em defesa de todas, esperando que não nos deixareis sós a reclamar os direitos que nos cabem indiscutivelmente... Devemos demonstrar enfim que somos capazes de exigir o que nos pertence, e se todas forem solidárias, se nos acompanharem nesta luta, se nos derem ouvidos, nós começaremos por desmascarar a cupidez dos patrões sanguessugas... (45).

As respostas ao apelo de organização não foram de todo inócuas. E assim, antecedendo a greve de 1907, notam-se alguns indícios de tentativas de organização:

“As operárias que costuram sacos, quase todas do sexo feminino, depois do belo exemplo das de Santos e do Rio, resolveram também associarem-se para a defesa de seus interesses e melhoramento de suas tristes condições... Reuniram-se para tal fim num local particular na rua Oriente e falaram ou ouviram falar sobre a necessidade da associação, um dos poucos meios de resistência que restam aos explorados...” (46).

E as próprias autoras já citadas voltam às páginas de jornais quase um mês depois, reconhecendo que seu apelo feito através do “Manifesto às Costureiras” não tinha sido em vão:

“Destá vez devemos dizê-lo francamente — parece-nos que as nossas palavras algum resultado deram e que as companheiras nos compreenderam! De todos os lados nos chegam incitamento para continuarmos na nossa justa campanha, afim de reivindicar direitos que são bem nossos.

(43) — É bom lembrar que essa é uma das poucas categorias para a qual temos notícias mais constantes.

(44) — *A Terra Livre*, nº 4, 17/2/1906.

(45) — *Ibidem*, nº 13, 28/7/1906.

(46) — *Ibidem* nº 12, 13/7/1906.

Nunca como agora se viu em São Paulo tanto entusiasmo da parte de nossas companheiras — as boas — e da parte do público consciente e da imprensa livre que nos deu todo o seu valioso apoio moral...” (47).

No caso dos primeiros Congressos operários aqui realizados, a preocupação com a organização do proletariado feminino aparece, mas de forma muito tênue. Há reivindicações específicas, como: redução da jornada de trabalho para as mulheres e crianças; exigências de pagamentos mais altos. Mas a inquietação mais pungente estava no fato do proletariado feminino constituir-se em forte concorrente do masculino devido aos salários mais baixos que recebiam. Se pensarmos que os Congressos deveriam ser a expressão máxima do movimento operário, vemos que muito pouco espaço era dedicado a essa fatia do proletariado.

É assim que no Primeiro Congresso Operário, realizado em 1906, encontramos resoluções do seguinte nível:

“O Congresso salientando a necessidade de organização das operárias em sindicatos, convida e incita os sindicatos operários a envidar todos os esforços para organizar as mulheres e torná-las companheiras de luta abolindo a concorrência burguesa, a qual paga pouco e exige muito...” (48).

Porém essa não foi uma preocupação resolvida e em 1908 no II Congresso Operário Estadual, realizado em São Paulo, o tema é proposto novamente, calcado até na linguagem nas proposições do anterior:

“Considerando que a causa principal da exploração exercida contra a mulher está no fato de que lhes falta coesão e solidariedade;

— que a necessidade de organização sindical se impõe para as mulheres, no momento que para os homens ela já foi adotada com bons resultados:

— O Congresso, fazendo ressaltar a necessidade de organização entre os operários, convida e incita os operários organizados a por em prática todos os esforços para organizar as mulheres e torná-las verdadeiras companheiras de luta, abolindo a concorrência que fazem, ocasionada afinal pela exploração burguesa que paga pouco e exige muito... (49).

No entanto essa não foi uma conquista fácil, como não foi também em nenhum dos países de industrialização mais antiga. Aos patrões, não escapou a possibilidade de dividir o movimento operário, despedindo os homens e contratando mulheres sempre por salários inferiores.

(47) — *Ibidem* nº 14, 15/8/1906.

(48) — Pinheiro e Hall, *op. cit.*, 55.

(49) — *Avanti*, 20/4/1908 (IIº Congresso Operário Estadual).

“Os operários (da Tecelagem Santista) também se declararam em greve para obterem uma reforma do regulamento da dita fábrica, pugnando eles que não fossem excluídos os homens do serviço dos teares. A greve durou 18 dias, terminando com mais uma vitória do capital sobre os trabalhadores, cegos, resignados e desorganizados...” (50).

Foi esse um motivo que além de criar discórdia e enfraquecer o conjunto do movimento, serviu para que a mulher fosse encarada por seus companheiros de luta como carentes de consciência, sem ideologia e inimiga da classe operária. Aqui não se fugiu à regra.

A greve de 1907 teve como objetivo principal a redução da jornada de trabalho para oito horas e nela encontramos a participação feminina, conseguindo para algumas categorias a redução de horário, ainda que não chegando a almejada reivindicação e sofrendo revezes posteriores.

“Estas operárias (está-se referindo às costureiras) que sem dúvida alguma estavam em condições revoltantes, insuportáveis, declararam-se em greve também reclamando vários melhoramentos. Em quase todas as casas conseguiram nove a nove horas e meia de trabalho e aumento de ordenados...” (51).

“As operárias da importante “Lavanderia Paulista” obtiveram com a greve a redução da jornada de trabalho que era em média de 11 a 14 horas...” (52).

A luta das costureiras não terminou nesse episódio. A partir de 1908, mais uma vez, aparecem relatos sobre o número de horas que eram obrigadas a trabalhar, a falta de pagamentos e a necessidade de uma nova opção:

“Os turcos proprietários de “lojas de carregação” continuam a aproveitar escandalosamente da fraqueza e da inconsciência das operárias que trabalham nas suas dependências... Desde aquele movimento(refere-se a 1907), os turcos viram-se obrigados a modificar em alguns pontos seu sistema de exploração e as costureiras obtiveram um certo melhoramento nas suas condições. Agora porém os proprietários das “lojas” voltam a ser prepotentes e é muito provável que as costureiras se vejam obrigadas a uma nova agitação. Numa reunião realizada quinta-feira passada, as costureiras deliberaram por em prática, meios mais enérgicos para obrigar os turcos a fazer o pagamento com pontualidade...” (53).

(50) — *A Terra Livre*, nº 64, 3/9/1908.

(51) — *Ibidem*, nº 35, 1/6/1907.

(52) — *Ibidem*, nº 33, 10/5/1907.

(53) — *A Lucta Proletaria*, nº 11, 28/3/1908.

1909:

“Faz tempo as costureiras se agitaram conseguindo organizarem-se, mas a própria organização logo sucumbiu... Agora que o tempo passou e que os exploradores parecem que começaram de novo a abusar da miséria e da debilidade das pobres moças condenadas ao jogo capitalista, parece-nos que é hora de tentar com critérios honestos, conscientes e desinteressados a organização das costureiras...” (54).

1912:

“Terá lugar, hoje, domingo na rua São Domingos, 25 no local do Círculo de Estudos Sociais — Conquista do Amanhã uma reunião das costureiras para organizarem as bases de uma associação de resistência. É obrigatória a presença de todas as que pertencem à classe que é uma das mais esquecidas...” (55).

Categorias de trabalho menos numerosas no movimento operário paulista, às vezes também insurgiam-se quase que de forma espontânea. Mas, se para as costureiras que constituíam uma preocupação para as organizações políticas da época aparecem já tão poucas referências, o que dizer de outras? No entanto, greves isoladas de operárias foram notadas:

“Ha muito tempo que se sabe que na fábrica de fósforo “A Paulicéia” estavam abusando escandalosamente da fraqueza dos operários, cometendo contra eles as mais inauditas infâmias... Convém notar que nesta fábrica estão empregados meninos de 7 anos para cima e grande quantidade de mulheres... E uma verdadeira ladroeira foi agora impunemente cometida. No último pagamento, as moças e crianças que trabalhavam na sala de confeccionar pacotes e de colocar selos foram roubadas na metade da magra e miserável quantia que lhes davam como remuneração do seu trabalho... e as operárias que se atreveram a exigir o que era seu foram despachadas... Até hoje continuam em greve 25 ou 30 operárias...” (56).

Para nossa surpresa, entre os temas e conclusões a que chegou o Segundo Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1913, no Rio de Janeiro, nada aparece de específico quanto ao problema feminino e do menor; o que nos leva a crer que a mulher continuava a grande esquecida pelas organizações da época (57).

Somente nas reivindicações das greves de 1917 e de 1919 reaparece a preocupação com o problema feminino. É assim que no “Memorial de Reclamações” apresentadas pelo Comitê de Defesa Proletária em 1917 encontramos:

(54) — *La Lotta Proletaria*, nº 3, 15/3/1909.

(55) — *La Battaglia*, nº 344, 2/3/1912.

(56) — *A Lucta Proletaria*, nº 12, 4/4/1908.

(57) — Pinheiro e Hall, *op. cit.*, 72 ss.

“que seja abolida de fato a exploração do trabalho dos menores de 14 anos nas fábricas, oficinas etc; que os trabalhadores com menos de 18 anos sejam ocupados em trabalhos noturnos; que seja abolido o trabalho noturno das mulheres...” (59).

E nas reclamações feitas aos industriais na greve de 1919:

“Proibição de trabalho de menores de 14 anos, como também o trabalho noturno das mulheres; dia de 8 horas de trabalho; (e pela primeira vez, uma reivindicação de) igualdade de salários das mulheres aos homens...” (59).

É útil recordar que, se essas reivindicações ainda estavam presentes, é porque as jornadas de trabalho continuavam extensas e as diferenças salariais persistiam — não tendo sido solucionadas até hoje.

A participação dessas mulheres na greve de 1917 excede aos limites das fábricas e estende-se para as ruas. Assim, nos comícios encontramos a presença feminina: “... Falaram dois camaradas e duas operárias, foi uma bela manifestação obreira...” (60).

A violência não foi um privilégio do proletariado masculino; e apesar das inúmeras afirmações de que essas mulheres não tinham nenhuma consciência política, encontramos muitas delas impedindo a entrada de “crumeiros”, presas e espancadas por incitarem greves:

“Quando tentavam impedir que uma crumeira (fura-greve) fosse procurar trabalho, 12 mulheres foram presas e conduzidas à Central, maltratadas pelos agentes que as ameaçavam com bengalas...” (61).

“Diversos patrões..., empregaram os mais baixos manejos para coagir e amedrontar as operárias, chegando a citada canalha a mandar prender, depois de insultar, duas ou três costureiras, acusando-as de cabeça de greve...” (62).

“Uma lider grevista foi derrubada por um vigia e pisada sob os olhos dos policiais e das próprias companheiras de miséria...” (63).

Quando falamos em violência, não estamos só pensando na repressão policial, sem dúvida enorme, mas pensamos também em outras formas de violência que o proletariado feminino, por ser mais desqualificado que

(58) — *Ibidem*, 233.

(59) — *Ibidem*, 239.

(60) — citado por Barros, Monica S. L. *As Mulheres Trabalhadoras e o Anarquismo no Brasil* — Tese de Mestrado defendida na UNICAMP Campinas, 1979, 76 (mimeo.).

(61) — *A Terra Livre*, 52, 26/11/1907.

(62) — *Ibidem*, nº 35, 1/6/1907.

(63) — *La Battaglia*, nº 70, 4/3/1906.

o masculino, era obrigado a enfrentar e aqui temos: ausência de trabalho, violações sexuais, salários inferiores e o constante desemprego.

Ausência de contrato de trabalho — é impossível saber o número de mulheres que trabalhavam em casa e recebiam por tarefas pois também não há controle estatístico sobre isso. No entanto, numa entrevista com uma filha de imigrantes italianos, falando sobre os anos 20, diz ela:

“Na minha família (10 adultos no total com 5 homens e 5 mulheres) minha mãe e minha irmã mais velha costuravam coletes de homens, uma outra irmã bordava roupas de bebê à máquina e minha cunhada, casada com meu irmão mais velho, costurava camisas de homens. Todas trabalhavam em casa; pois não conseguiam trabalho nas fábricas e recebiam por tarefa concluída. Eu mesma, quando comecei a trabalhar, antes de conseguir um emprego numa fábrica, fiz durante muito tempo chapéu em casa...” (64).

Violações sexuais — muitas mulheres para manterem o emprego eram obrigadas a cederem às investidas sexuais que lhes faziam os chefes ou mestres das fábricas:

“Quinta-feira passada, os mestres provocaram uma greve pedindo que o gerente (da fábrica Sapopemba) fosse demitido. Contra o gerente há bastante queixas pelo seu péssimo procedimento para com os operários. Este tipo libidinoso, com pretensões de D. Juan, cometia continuamente as mais inconvenientes insolências contra as operárias...” (65).

“Se em Sorocaba há gente de maus costumes, não será porém fácil encontrar aqui uma pessoa tão corrupta como esse D. Juan que abusa do lugar que ocupa para se aproveitar das pobres operárias que vão ganhar o pão naquela penitenciária (refere-se à fábrica Votorantim) tendo ainda que sofrer as exigências libidinosas de um sátiro...” (66).

Salários inferiores — aqui não se fugiu à regra e os salários das mulheres eram agudamente inferiores aos dos homens:

“É realmente para horrorizar a exploração que se exerce nas fábricas de tecidos, onde a maior parte do pessoal é composto de mulheres e crianças... Aos industriais do tecido não bastam as regalias que lhes são concedidas pelo fisco, não lhes basta a exploração exercida sobre o trabalho da mulher, sempre mais mal remunerada que o homem...” (67).

(64) — Entrevista concedida pela Sra. Adelina Forcione, abril 1980.

(65) — *A Terra Livre*, nº 39, 30/6/1907.

(66) — *Ibidem*, nº 12, 13/7/1906.

(67) — *Folha do Povo*, nº 10, 21/5/1908.

“As fábricas de tecidos são verdadeiras prisões onde de preferencia se empregam mulheres e crianças, as quais por um salário irrisório, em média 2 mil réis por dia, trabalham 12 a 14 horas...” (68).

E um dos cônsules italianos em São Paulo, — fonte esta que sabemos descompromissada com o operariado ativista da época —, ao fazer um relatório sobre os salários na cidade em 1905, diz:

“Os salários de um tecelão ou de um tintureiro nesta praça varia de um máximo de 150 mil réis a um mínimo de 60 mil réis ao mês... os das mulheres empregadas nas fábricas de tecido, malhas, etc de 13 a 40 mil réis ao mês...” (69).

O desemprego — as indústrias com mão-de-obra predominantemente feminina eram as que apresentavam maior índice de rotatividade do seu pessoal. Sempre que havia paralisações, pedido de aumento de salários ou reclamações, aos patrões não era difícil despedir ou mandar prender as líderes ou as que haviam participado do movimento e substituí-las por outras empregadas.

“Favorecidos por seu grande ativo disponível e suas eficientes associações, os proprietários de fábricas, poderosos industriais, podiam suportar longas greves e, algumas vezes provocá-las para quebrar a resistência dos trabalhadores. Para isso contavam também com a colaboração maciça da polícia, com suas investidas contra as manifestações, suas invasões de reuniões sindicais e suas prisões em larga escala. Ainda para manter as fábricas em funcionamento, os industriais costumavam admitir fura-greves durante as paralizações. Contudo, ao derrotar uma greve, era mais característico os empregados limparem suas fábricas dos ativistas para estimular obediência aos demais operários...” (70).

Como vemos, parece que a documentação que nos oferece o próprio proletariado consciente da época, se consultada sem preconceitos sobre o elemento feminino, que caracterizam tantas análises posteriores, nos permite uma visão, digamos, menos desabonadora sobre as mulheres.

Pensamos que muitos outros aspectos do movimento operário em São Paulo devam ser redimensionados dentro de uma perspectiva mais condizente com a época. Nos surpreende por exemplo, como os próprios dirigentes da época se assustavam com a eclosão dos grandes movimentos de massa. No balanço feito pelo “AVANTI” depois da greve de 1907, encontramos:

(68) — *La Battaglia*, nº 70, 4/3/1906.

(69) — Savoia, G. P. di, “Lo Stato di San Paolo e l'emigrazione italiana”, *Bollettino Dell'Emigrazione*, nº 3, 1905, 163 a 299.

(70) — Leslie Maran, Sheldon. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro 1890-1920*. Rio e Janeiro, Edit. Paz e Terra, 1979.

“Ninguém, nem mesmo o mais otimista teria acreditado ser possível, alguns meses atrás, que a classe trabalhadora de São Paulo tivesse uma consciência tão capaz para a luta de classe e métodos para extrair dessa luta natural, inevitável, vantagens e benefícios...” (71).

E mais espantosa ainda é a declaração de E. Leueroth, líder anarquista, depois da greve de 1917, quando diz:

“A greve de 1917 foi um movimento espontâneo do proletariado, sem a interferência, direta ou indireta, de quem quer que seja. Foi uma manifestação explosiva, consequente de um longo período de vida tormentosa que então levava a classe trabalhadora...” (72).

Está claro que apesar da grande surpresa dos dirigentes da época uma certa organização deveria existir, pois caso contrário, não se teria paralisado São Paulo como aconteceu parcialmente em 1907 e totalmente em 1917; o surpreendente talvez seja que um número muito maior do que o esperado tenha respondido ao comando de paralisação, o que significa que o operariado desorganizado ou “inconsciente” como dizem alguns, e aqui estariam incluídas as mulheres, responderam ao apelo feito. Já dissemos que na greve de 1917 das 45 indústrias que paralisaram suas atividades, 20 pertenciam à indústria têxtil e de vestuário e bordados.

Do que vimos do grupo feminino o que podemos dizer, levando em conta todos os fatores por nós apontados é que, desorganizadas, muitas vezes impedidas de agirem pelos próprios familiares, com o constante fantasma do desemprego, vítimas de todo o tipo de violência, as mulheres operárias de origem italiana que trabalhavam em São Paulo no início do século não deram respostas inócuas às palavras de ordem recebidas.

Culpar em parte a fraqueza do movimento operário aqui, no respectivo período assinalado, pelo fato de ter na sua composição muitas mulheres e crianças não é o meio mais adequado para entender o caminho efetivo dessa mulher dentro do movimento. E nem para explicar as falhas de organização que como vimos eram admitidas pelos próprios organizadores da época. Na verdade, atribuir a debilidade da consciência proletária no Brasil no início da industrialização a esses fatores é como vimos, um exemplo de miopia no estudo da História brasileira.

(71) — Pinheiro e Hall, *op. cit.*, 67.

(72) — *Ibidem*, 227.